

ESPAÇO ABERTO: Manifestações rápidas, entrevistas, propostas, experiências, traduções, etc.

MULTIRIO: o trabalho de atualização em serviço com os professores municipais do Rio de Janeiro

Regina de Assis*

Às vésperas do terceiro milênio, os sistemas educacionais brasileiros contam, enfim com a Lei nº 9.394/96, definidora das Diretrizes e Bases para a educação nacional, bem como com Parâmetros Curriculares Nacionais, com diretrizes para a carreira e remuneração do magistério público, e grandes investimentos em programas de Educação a Distância, através da TV Escola.

Até que os resultados de todas estas leis e esforços empregados nestas políticas educacionais comecem a aparecer em toda a nação brasileira, tardará algum tempo, certamente marcado por críticas, adaptações e ajustes, para que alunos e professores, sobretudo os de 1º grau, tenham seus direitos de bem ensinar e aprender assegurados.

O sistema público de ensino de 1º grau do município do Rio de Janeiro, responsável pela maior rede brasileira de escolas mantidas exclusivamente com recursos municipais, desde 1993, início da gestão do prefeito César Maia, antecipou-se em relação a vários aspectos das políticas educacionais citadas anteriormente.

Para uma rede de 1.033 escolas municipais, onde atuam cerca de 40 mil professores e 680 mil alunos de Educação Infantil a 8ª série do 1º grau, incluindo os segmentos de alunos portadores de necessidades especiais

*Doutora em Educação pelo Teachers College Columbia University (EUA). Superintendente do Futuro, o Canal do Conhecimento, na Fundação Roberto Marinho (RJ).

de aprendizagem e outro de jovens adultos analfabetos, definiu-se a política educacional Multieducação, cujos aspectos centrais apontavam para:

1. valorização do magistério através da aprovação de um novo Projeto de Lei de Carreira, Cargos e Salários;
2. elaboração do Núcleo Curricular Básico Multieducação com a participação dos professores municipais;
3. criação da Multirio, empresa municipal de multimeios, para a produção e emissão de vídeos e programas interativos pela televisão para a atualização em serviço dos mestres;
4. descentralização e informatização dos processos de gestão democrática de todo o sistema de ensino municipal de 1º grau.

Podemos considerar que, dos pontos 2 a 4, as políticas propostas foram atingidas e seguem sendo aperfeiçoadas pela nova gestão municipal instaurada pelo voto popular a partir de janeiro de 1997. O ponto 1 ainda aguarda aprovação pela Câmara de Vereadores da cidade.

Neste texto, que relata experiências brasileiras, vamos nos ater aos pontos 2 e 3, relacionando a criação do Núcleo Curricular Básico Multieducação e da Multirio, ao êxito e à qualidade da educação pública municipal no Rio de Janeiro.

O Núcleo Curricular Básico Multieducação e a Multirio

Definir políticas educacionais supõe conhecimento, experiência e disposição para o debate e o diálogo democráticos.

Os atores e interlocutores no processo de constituição destas políticas são os políticos e administradores da cidade, Poderes Executivo e

Legislativo, os professores, diretamente, e através de seus sindicatos; os usuários do sistema, pais e familiares, individualmente ou através dos Conselhos Escola/Comunidade, as universidades e centros de pesquisa, os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, a mídia e a sociedade organizada.

Este processo foi intensamente vivido no Rio de Janeiro, durante os anos de 1993 a 1996, quando colocamos em questão e encaminhamos as soluções para os problemas da baixa qualidade do ensino público de 1º grau, ainda existente, em grande parte das escolas.

Os aspectos de infra-estrutura necessária para a melhoria da educação, como salários e carreira dignos, além da condição física das escolas, formam parte constante de todo o processo, que inclui também a definição do Núcleo Curricular Básico e da empresa de multimeios.

Através do debate, principalmente com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Vereadores, do Sindicato da Categoria, da Associação de Pais e Amigos da Escola Pública (Apaep) e da mídia, enfrentamos o dilema de adequar os recursos públicos a todas as necessidades já conhecidas, mas também à criação de uma proposta curricular e de uma estratégia contemporânea que atendessem ao desafio de qualificar, em serviço, cerca de 40 mil professores.

Fomos alvo de todos os tipos de crítica, principalmente a de que sem salários e carreira adequados e escolas reformadas, não se poderia falar em currículo e atualização em serviço, utilizando os recursos das novas linguagens tecnológicas como a televisão e a informática.

Assumimos, no entanto, a responsabilidade de afirmar que, para uma política educacional ser democrática e eficaz *para todos os envolvidos*, professores,

alunos e seus familiares, há que se contemplar todas as partes com os benefícios dos recursos públicos.

Definimos também que salários e carreiras dignos, escolas em boa condição de funcionamento são tanto direito de professores e usuários quanto os modernos serviços das novas tecnologias da educação, apoiando a uma sólida proposta curricular.

Uma outra definição de caráter conceitual, a respeito do que significa *educar*, numa sociedade plural e contraditória como a brasileira, ao final deste século e milênio, onde exclusões devidas a questões relacionadas a gênero, etnia e situação socioeconômica ainda atingem a maioria da população, foi a de que o acesso aos recursos da televisão, vídeos e informática são *direito* e não apenas um luxo ou modismo.

As gerações de alunos e professores mais jovens certamente cresceram diante de televisões e vídeos que, divulgando programas, novelas, minisséries, desenhos animados, documentários e outras formas de programação, "para bem ou para mal", criaram um processo de formação de conhecimentos e valores.

E o que é *educar*?

Não é também constituir conhecimentos e valores, através de diálogos plenos da polifonia e polissemia das vozes? E numa sociedade em que as imagens em tempo real e virtual, aliadas às interpretações múltiplas dos fatos, onde as relações entre afetos e cognição expressam cosmovisões tão variadas, como as da nação brasileira, é lícito seguir educando, sem associar aos livros, à observação e aos hábitos de estudo e pesquisa os recursos das novas linguagens tecnológicas?

Pesquisas recentes, tanto nas áreas da televisão educativa, da psicologia educacional, da psicolinguística e da antropologia cultural (Ashton, 1995; Dines, G., Humez, J.M, 1995; Scannell, Schlesinger, Sparks, 1994), entre outras, têm demonstrado, que nesta era da imagem e da comunicação, as próprias estratégias de constituir conhecimentos, afetos e valores, estão eivadas e dramaticamente modificadas pela influência da mídia, que impacta a cultura e as relações de conhecimento e poder.

Desta forma, ao conceber o Núcleo Curricular Básico Multieducação, com os professores municipais do Rio de Janeiro, definimos juntos, qual é o lugar da escola que desejamos para a sociedade que buscamos transformar.

Ao relacionar *princípios educativos*, como os ligados ao meio ambiente, ao trabalho, à cultura e às linguagens (*artes, literatura e novas tecnologias*), a núcleos conceituais, como os da identidade, tempo, espaço e transformações, encaminhamos respostas à necessidade de reintegrar vida e educação, como tão bem ensinou Célestin Freinet, e tão bem propuseram Vygotsky, Luria, Leontiev e Bahktin no alvorecer do século XX.

Mais de 70% dos professores cariocas participaram construtivamente do grande debate, no interior de cada escola, sobre a concepção básica e organização concreta do Núcleo Curricular Básico Multieducação, legitimando desta forma não só a necessidade de obter uma orientação geral para toda a rede, que garantisse *unidade de ação na diversidade de situações*, mas também uma sintonia fina com o tempo em que vivemos e a sociedade que desejamos transformar para mais justa e democrática.

Dentro deste quadro ficou claro que, a criação da Multirio, empresa municipal de multimeios, era uma decorrência lógica das necessidades e

anseios da rede municipal do Rio de Janeiro. Por isso, e após amplos debates com todos os segmentos envolvidos, foi ela criada pela Lei n° 2.029, de 18 de outubro de 1993, e legalmente instituída pelo Decreto n° 12.503, tendo como objeto social a "promoção de ações educativas, através da geração, produção e difusão de dados, sons e imagens".

Através de convênios com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), obteve-se 30% dos recursos orçamentários necessários à implantação da Multirio, sendo os 70% restantes provenientes do orçamento municipal.

Estes recursos foram empregados basicamente para:

- a criação do Parque Técnico de Televisão e Informática;
- a contratação e manutenção das Equipes de trabalho.

A equipe da Multirio foi composta por um número mínimo de recursos humanos permanentes, convocando-se outros profissionais necessários, através de terceirização e contratação de serviços.

Em 1994 as principais realizações da empresa foram, além das já mencionadas acima:

- estudos para definições do sistema de veiculação;
- busca de parceiros estratégicos;
- elaboração de projetos para captação de recursos externos;
- estabelecimento de critérios para análise, seleção e aquisição de produtos televisivos e impressos;
- análise de programas educativos e material impresso, previamente selecionados visando à aquisição;
- organização do acervo de vídeos;
- início do trabalho com professores da rede, visando à série para alunos (Ramos, 1996).

Estes esforços e ações buscaram atender à necessidade de atualizar em serviço os cerca de 40 mil professores da rede municipal, a partir da elaboração do Núcleo Curricular Básico Multieducação, que vinha sendo construído concomitantemente. Além disso, e a partir do resultado das pesquisas realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1993, optou-se também pela criação de séries para as disciplinas do Núcleo Comum de 5ª a 8ª série, como alvo prioritário dos programas da empresa.

Através de convênio firmado com a Fundação Roquete-Pinto, TV Educativa do MEC, deu-se início a duas transmissões diárias de 30 minutos cada, a partir de 1º de agosto de 1995. Após licitação pública, ampliou-se este tempo de veiculação através da TV Bandeirantes, com duas transmissões diárias de 60 minutos cada, a partir de 18 de setembro.

Neste ano, produziram-se 145 programas em sete meses, superando-se a meta de 120 programas prevista inicialmente.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, intensificaram-se as ações para a criação de 30 Salas de Leitura Pólo, nas quais números crescentes de professores começaram a ser qualificados para o uso das tecnologias da televisão, vídeo e, posteriormente, computadores, de modo a multiplicar e sedimentar as atividades em colaboração com a Multirio.

As séries televisivas lançadas foram sempre acompanhadas pelo Boletim Informativo Rede Multirio, além de folhetos de apoio para os programas de Matemática. Neste período inicial de emissões foram também realizadas chamadas televisivas de divulgação e estímulo à comunicação com o sistema de escolas, através do Disque Multirio, *flashes* institucionais de valorização do trabalho das escolas, notas informativas e produção de quatro vídeos institucionais.

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun.1996

A partir da perspectiva da relação Cidade/Educação, explicitada pelos Princípios Educativos e Núcleos Conceituais do Núcleo Curricular Básico Multieducação, desenvolveram-se 15 séries televisivas, que em 1996 totalizaram 403 programas produzidos em diferentes linguagens e formatos, tais como animação, documentário, estratégias de interatividade, usando fax, telefone, correspondência e *talk-shows*.

As séries televisivas lançadas foram:

1. *Multieducação*: aprofundando e ampliando o debate sobre o Núcleo Curricular Básico, e entre agosto e outubro, oferecendo um curso de educação a distância de 72 horas, com avaliação final e emissão de certificados de aproveitamento pela SME. Cerca de 17 mil professores participaram;
2. *Cidade e Educação*: *talk-show* a respeito da cidade que educa, proporcionando reflexões neste sentido, em relação às questões culturais, sociais, tecnológicas e educacionais;
3. *Conhecendo o Rio*;
4. *Documento*;
5. *Quadro Eletrônico*;
6. *Literatura Infantil e Juvenil*;
7. *Quadro Mágico* (educação infantil a 4ª série do 1º grau);
8. *Procura Acha* (Matemática);
9. *Arquivo História*;
10. *Arquivo Geografia*;
11. *Arquivo Ciências*;
12. *Arquivo Vídeo*;
13. *Fato Matemático*;
14. *Matemática em Flashes*;
15. *Língua Portuguesa*;
16. *Interprogramas*.

A busca de equilíbrio, entre a linguagem das escolas e a da televisão, provocou a elaboração de critérios gerais para a concepção das séries e programas, entre os quais podemos apresentar os seguintes:

- contextualização dos programas para reforçar a proximidade das pessoas com o cotidiano, com seu entorno e com a vida cidadã;
- interdisciplinaridade dos conteúdos;
- estímulo à busca do conhecimento;
- o equilíbrio entre o visual, o emocional e a informação;
- interação de várias linguagens e meios;
- legitimação da vida escolar e suas realizações.

A avaliação das séries junto aos professores e alunos é contínua e retroalimentadora não só do aperfeiçoamento dos produtos televisivos, mas também das próprias práticas pedagógicas.

Além das avaliações internas de programas e produtos, deve ser contratada avaliação externa, que permita aprofundar e ampliar a qualidade da relação entre a Multieducação e a Multirio.

Além do Catálogo de Produtos Multirio, foram produzidos um folheto Institucional, o Guia de Orientação do Usuário na Internet e o Boletim Informativo.

No início de setembro, por ocasião da realização do Congresso Internacional Cidade e Educação na Cultura pela Paz, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e Unesco, foi inaugurado o *site* Multirio, hospedado no provedor da Empresa Municipal de Planejamento e Informática Iplanrio. Assim, está disponibilizado o acesso guiado ao Centro de Informações Multieducação (Cime), à *home page* da Multirio e a todo o mundo da Internet.

Estas realizações abrem caminhos para legitimar direitos de professores e alunos das escolas públicas municipais do Rio de Janeiro e prenunciam, no alvorecer do terceiro milênio, uma educação de qualidade, em que o princípio democrático da inclusão de todos aos bens e serviços produzidos pela inteligência humana esteja consagrado pela vontade política e pela continuidade da Proposta Multieducação.

Referências bibliográficas

ASSIS, Regina de. Cidade e educação. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, **n.120,p.5-13,jan./mar. 1995.**

ASSIS, Regina de et al. *Multieducação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 1996.

ASHTON, Paul. Televisão educativa na Grã-Bretanha. *Tempo Brasileiro*, RiodeJaneiro,n.120,p.71-80,jan./mar. 1995.

DINES, G., HUMEZ, J.M. *Gender, race and class in media*. London: Sage, 1995.

RAMOS, O. Cleide. *A/w/r/rio: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: relatório de gestão, 1993/1996*. Rio de Janeiro: PMRJ, 1996.

SCANNELL, P, SCHLESINGER, SPARKS, C. *Culture and power, a media, culture and Society reader*. London: Sage, 1994.